



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORBÉLIA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 12 de novembro de 2013, às 09:00 horas, na Plenária da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Av. 7 de Setembro, 354, Centro, Iguatu/PR, tiveram início os trabalhos da audiência pública do Plano Setorial de Ação, sob a presidência do Promotor Substituto, Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, em exercício na Promotoria de justiça da Comarca de Corbélia. PARTICIPANTES: A mesa foi composta pelo presidente e pelas Assessoras de Promotor Suzel Fernanda Leghi Solera Beal e Camila Ramos Schafer, e a estagiaria Maira Catarina Chimello. Ainda estavam presentes a comunidade local, Vereadores, representantes de órgãos públicos e demais entidades conforme lista de presença anexa.

Inicialmente, o Promotor passou a explanar o que é o Ministério Público, que já foi órgão que pertenceu aos poderes executivo, legislativo e judiciário, durante certos períodos, mas após a Constituição de 1988, passou a ser autônomo e tendo sua atuação voltada a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, enfim, defesa da Sociedade em diversas áreas como Meio Ambiente, Saúde, Educação. Procurando dar substrato a defesa da Sociedade e democratizar a atuação do Ministério Público, a Procuradoria-Geral de Justiça, através da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional orientou e exigiu que cada Promotoria, Procuradoria ou outros espaços institucionais, realizem seu planejamento de atuação para o ano de 2014. Para tanto, a Promotoria de Corbélia, além de utilizar o levantamento da SUBPLAN com os principais indicadores dos municípios da comarca nas áreas de atribuição do Ministério Público, fixando assim as prioridades para atuação ministerial, identificou a necessidade de participação da população e dos órgãos, através da audiência pública, para o apontamento dos principais problemas do Município. Nesse intuito, convidou e abriu espaços para que a população e os representantes dos órgãos expusessem brevemente suas preocupações, suas colocações, alertando para os principais problemas no Município para posteriormente ser formalizada a ata e realizado o planejamento estratégico para 2014. O Presidente salientou, ainda, que não serão todos os assuntos e problemas discutidos na audiência pública que serão incluídos neste plano, mas que as principais demandas do Município formarão o planejamento estratégico.

A) Saúde Pública



O Promotor, então, requereu a discussão pela população dos assuntos relacionados a área da Saúde Pública: primeiramente a Sra. Rosimar, que trabalha na secretaria de saúde, expôs que o Município tem algumas dificuldades em relação a medicação, pois faltam alguns medicamentos no Posto de Saúde, sendo necessário adquirir de outras formas para suprir as necessidades; que há dificuldade de conseguir vagas pela central de leitos em relação a internamentos de saúde mental, pois as vezes a pessoa esta em crise e não conseguem de



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

imediate um internamento; salientou ainda que os demais internamentos necessários estão sendo realizados no hospital de referência, entretanto os agendamentos de especialidades tem poucas vagas, e como muitas vezes sai o agendamento de um dia para o outro a equipe de saúde não consegue avisar o paciente; a Sra. Rosimar informou ainda que entre as especialidades, o principal problema é quanto a neurologista, pois tem muita procura e poucas vagas, da mesma forma o vascular; salientou que não existem todas as especialidades pela central de leitos, então são feitos convênios; que quanto aos atendimentos médicos o médico atende toda a demanda, que os equipamentos da área de saúde são bons. Posteriormente foi dada a palavra a Sra. Neli Babinski, Diretora do Cemei, a qual expôs que na área de educação e saúde existem dificuldades para encaminhamentos de crianças para atendimentos de neuropediatra, oftalmologista, que uma criança que tinha problema de audição e que recebeu atendimento já apresentou melhora, já conseguindo falar, mas em relação ao neuropediatra não encontra atendimento pelo SUS. A Sra. Rosimar expôs que realmente não existe atendimento de neuropediatra quando o problema é comportamental, que a Dra. Marta, única médica neuropediatra da região, não faz mais atendimento pelo HU, não havendo mais referencia em neuropediatra em Cascavel, portanto não tem mais para onde encaminhar os pacientes, nas outras especialidades existem apenas uma ou duas vagas mensais, sendo necessário fazer rodízio entre os pacientes, para que todos tenham atendimento, falta profissional no mercado. Novamente a Sra. Neli seguiu com sua fala expondo que outro ponto falho é a falta de uma psicóloga para atendimento a educação e estrutura familiar, que sabe que as crianças precisam de apoio psicológico. Em seguida o Sr. Marcos Biavat, Vereador, fez uso da palavra, exposto a situação complicada de cachorros de rua, pois existem muitos animais nas ruas, ressalta que a Câmara de Vereadores já tentou regularizar a situação, mas não consegue resolver o problema, pois as soluções tentadas esbarram na impossibilidade financeira ou legal, matar não pode, fazer abrigo precisa de veterinário, ração balanceada e outros cuidados, mas a legislação é tão rigorosa que impede que o Município resolva o problema, sendo que este problema não é só de Iguatu. O Promotor então informou que os problemas expostos não serão resolvidos durante a audiência, mas serão anotados e analisados e será feito uma análise global, ver as necessidades mais imperiosas, com os dados das demandas detalhadas será possível tomar as providências, na área de saúde, com conversas em Cascavel, 10ª Regional de Saúde. Solicitou que a Secretaria de Saúde encaminhe ao Ministério Público os dados destas demandas, para que o Ministério Público possa analisar a situação e tentar encaminha soluções para resolver o problema. Da mesma forma a questão dos cachorros, pois se o problema envolve os outros Municípios, os cinco prefeitos, as cinco Câmaras de Vereadores podem conseguir resolver o problema de maneira mais fácil que cada Município separadamente. Na seqüência a Sra. Joana, diretora do departamento de saúde mental do município expôs que sua angústia é em relação a o que fazer com o paciente enquanto se aguarda o internamento, que o internamento às vezes acontece dois ou três anos depois do pedido e não sabe o que fazer com o paciente enquanto



Papel reciclado, menor custo ambiental.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

não sai a vaga; que o compulsório não sai do papel, não é realizado, que a saúde faz as visitas. O Promotor então esclareceu que o internamento pode ser voluntário, mas se tiver um laudo médico informando a necessidade de internamento, em tese poderia ocorrer o internamento involuntário, e existe ainda o compulsório. Porém, o intuito da audiência pública, como já informando, é o levantamento das informações, sobre quantos casos, qual o motivo do internamento, com o intuito de verificar se o problema é ampliado e tentar resolvê-lo da maior forma possível; em todo caso podem ser analisados casos isolados e as informações podem ser encaminhadas ao Ministério Público para eventuais providências. Neste momento a Assessora Camila ressaltou que muitas vezes os médicos não fazem o laudo informando a necessidade de internamento, o que dificulta o pedido, pois somente o médico pode dizer a necessidade ou não de internamento, colaborando com o Ministério Público para entrar com ação exigindo o internamento. O Promotor então ressaltou que se houver o laudo médico, é feito o pedido ao juízo, e sendo este deferido o hospital é obrigado a proceder o internamento, mas tem que ter o laudo, sendo solicitado a Sra. Joana fazer o levantamento das informações e encaminhar ao Ministério Público. A Assessora Suzel solicitou que a população esclarecesse se estaria havendo problemas de atendimento junto ao Hospital de referência (santa Simone de Corbélia). A Sra. Joana informou que o hospital não está fazendo os internamentos de saúde mental. A Assessora também solicitou se estariam ocorrendo problemas nos atendimentos de ortopedia e outros e o Promotor então solicitou que a Sra. Rosimar fizesse o encaminhamento ao Ministério Público de todos os dados declarados para que sejam analisados e realizados os encaminhamentos necessários.

B) Meio Ambiente

Não havendo mais discussões nesta área, passou-se então para a área do Meio Ambiente. O Promotor informou que uma campanha pode ser organizada para conscientizar a população sobre a grande população de cachorros de rua, o Ministério Público apoia, mas a iniciativa é municipal, tanto na questão de vacinação, castração, conversas com outros municípios para um local para recolhimento, pois eliminar não é possível; assim, poderia ser encaminhada uma reunião com todos os Municípios para discutir esta questão, tentando resolver o problema de forma global. Sobre a questão de esgoto: foi dada a palavra a Sra. Benedita Semeli, coordenadora da 3ª idade, a qual expôs a preocupação com a preservação das minas de água no município, pois não está havendo fiscalização e manutenção destas. O Sr. João Gusson, vereador, solicitou o uso da palavra, informou que falta conscientização do povo, mina sem reflorestamento, análise da água, a questão de muitas formigas, questão de jogar lixo fora do local apropriado, que a EMATER e Coopavel fazem trabalhos de prevenção. O Promotor então informou que entrará em contato com IAP, EMATER para ver questão das minas, e a conscientização a Própria secretaria pode organizar, fazer palestras, trazer especialista, chamar polícia militar, polícia florestal para verificar o local, se estiver jogando lixo no córrego



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

denunciar, para a polícia militar atuar e o Ministério Público toma as providências, responsabilizar a pessoa. Senhor Juvêncio de Oliveira, secretário de agricultura ressaltou que existem várias minas sendo tratadas na cidade, mediante parceria da EMATER e Coopavei de Cascavel, existe projeto para início da coleta de lixo reciclável. Sr. Valdecir, vereador, ressaltou quanto a rede de esgoto que foi pactuado com a Funasa para desenvolver o projeto de implantação de rede de esgoto no município, para após o projeto fazer a instalação, pois Iguatu não tem nada de esgoto. O Promotor então solicitou que num prazo de 20 (vinte) dias sejam encaminhadas ao Ministério Público a documentação referente a este projeto e qual o andamento atual da questão de esgoto. A Sra. Sonia, secretária de Assistência Social também ressaltou que já houve uma reunião com a Sanepar para discutir a questão do esgoto, informando que no próximo ano já estão trabalhando como projeto de esgoto para implantação. O Sr. Everton esclareceu que existe um projeto, mas que não saberia informar em qual fase estaria.

C) Educação, Infância e Juventude

Em relação a Educação, a infância e juventude, devendo ser ressaltando a situação de vagas nas creches. A Sra. Neli Babinski, Diretora do Cemei, fez uso da palavra e ressaltou que todas as crianças tem vaga na creche, todas matriculadas, com capacidade de 120 crianças e aproximadamente 108 crianças matriculadas. O Promotor então pediu que fosse encaminhado ao Ministério Público estas informações, para que possamos atualizar o informativo que diz existir déficit de vagas em creches. A Sra. Neli argumentou que o espaço físico do Cemei inaugurado em 2010, tem um pátio enorme mas a parte física mau distribuída, salas pequenas, biblioteca pequena, cozinha pequena, além do fato de não haver segurança para as crianças, pois o vento movimento o forro da estrutura e corre o risco de cair. Já foi trocada a cobertura (telhado), pois chovia dentro da creche, molhava aparelho eletrônico, que todos os equipamentos eram cobertos para evitar estragos, entretanto apesar de ter sido feita pintura nas paredes, esta descascando a tinta, emboloradas, ressaltando que a alguns dias atrás houve o fechamento da creche em razão de surto de virose, sendo que foi feita lavagem de todas as paredes com álcool para evitar os problemas. A Secretária de Educação informou que escorreu chuva pelas paredes o que possivelmente ocasionou as doenças nas crianças, que ainda não foi possível trocar a estrutura de cobertura, ressaltando que foi muito ruim a construção da creche. O Promotor então requereu relatório e vistoria do prédio por meio de um engenheiro da prefeitura, com foto se possível, dispondo sobre a situação do telhado, da metragem, das doenças, quantas crianças e períodos em que estiveram doentes, se a causa é estrutural. A Secretária de Educação ressaltou ainda que o material utilizado para construção não é o melhor, é saliente. O Promotor informou que aguarda o encaminhamento das informações para providências. Na sequência o Sr. Marcelo, Conselheiro Tutelar confirmou a situação de risco em que as crianças se encontram no Cemei tendo em vista a situação da



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

estrutura física do prédio. Neste assunto foi citada informalmente a questão de que a licitação teria sido mal conduzida, em razão dos problemas com a estrutura. O Sr. Marcelo, Conselheiro Tutelar, ressaltou que enquanto conselheiro estará acompanhando e averiguando a situação. Posteriormente, citou a dificuldade de fazer encaminhamento para neuropediatra, que depois de requerido foi conseguido atendimento em Curitiba. O Promotor então chamou a atenção da questão dos atos infracionais, convidando o Sargento Pinheiro para fazer explicações que entender necessárias. O Sargento expôs a situação de fiscalização e apreensão de adolescentes e adultos dirigindo sem habilitação, que não existe exceção para a regra, esclareceu também os procedimentos aplicáveis são diversos para adolescente e adulto, esclarecendo que no caso de adolescente, os responsáveis pela moto também responderão por entregar veículo a pessoa não habilitada. Alertou, ainda a necessidade de regularizar as motocicletas, que muitas são "câbritas", ou seja, sem documento, o que faz perder recursos para o Município e em Iguatu são muitas as motocicletas sem documentação, pois é o Município quem está perdendo com recolhimento de IPVA, ressaltou ainda que em razão desta situação, Iguatu está conhecida na mídia como "capital das câbritas", o que desabona a imagem do Município. Na sequência o vereador João Gusson expôs que as pessoas chegam a culpar os vereadores por existirem tantas motos irregulares, mas ele esclarece que a culpa não é do vereador, e que todos os cidadãos podem e devem denunciar. O Promotor então ressaltou que a fiscalização exercida pela Polícia Militar é orientação e cobrança do Ministério Público e não perseguição pessoal por parte do Policial, informando que quando dá oitiva de adolescentes dirigindo sem habilitação, também requisita a instauração de procedimento para averiguar a entrega de veículo a pessoa não habilitada.

D) Probidade Administrativa

Sobre a probidade administrativa, o Promotor solicitou informações sobre como estava a gestão pública, as contratações, as licitações, ainda, se estava sendo cumprida a recomendação do nepotismo. Sra. Rosa, Secretária de Educação, fez uso da palavra para elogiar a Administração, dizendo que o prefeito é ético, honesto, cumpridor dos deveres legais e que está desenvolvendo um excelente trabalho no Município, apesar de ter pouca verba e condições, faz o que é possível, a Câmara de Vereadores apoiando o trabalho. Em seguida o Sr. Toninho Brandão, Vereador (Presidente) também expôs que existe o portal da transparência onde contam todas as contas públicas, bem como informando que a Câmara está de portas abertas para o cidadão que tiver interesse em conhecer as contas públicas. Em relação ao Poder Executivo, informou que ele está respondendo os questionamentos, está tudo sendo realizado corretamente, estando todas as informações disponíveis para acesso do cidadão. O Promotor ressaltou que conferirá a questão da disponibilidade de dados pelo portal da transparência, visto ser orientação da procuradoria verificar tais informações.

[Handwritten signatures]



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

E) Ação Social e Idoso

Logo após foi aberta a discussão em outras áreas, Idoso, Ação Social, etc. Sra. Sonia, Secretária de Ação Social, expôs a situação dos idosos no Município, que existem vários idosos sem família e não se tem um abrigo, e que a Prefeitura não tem suporte para criar um abrigo municipal. Alegou, também, que há necessidade de existirem atividades de contra turno aos adolescentes, talvez na área da cultura para que estes não fiquem ociosos no horário em que não estão na escola. Dispôs também sobre a questão do PET, que cuida de crianças em trabalho infantil, entretanto como Iguatu não tem escola própria, não tem escola integral, a instituição de uma ajudaria muito. A Sra. Claudia, diretora da Escola Municipal, informou que a escola não tem prédio próprio, que utilizada as salas cedidas pelo Estado e que, havendo pedido, tem que desocupar as salas. O Promotor ressaltou que a questão da escola é responsabilidade do próprio prefeito. Sra. Sonia informou que algumas coisas o município não tem pelo numero de habitantes, que ela entende ser essa situação uma desigualdade, pois tem demanda. O Promotor ressaltou que pelos índices que constam no informativo e disponibilizado pela SUBPLAN, Iguatu tem um índice alto de desistência escolar e que isso deve ser trabalhado. O Sr. João Gusson reclamou que existem encaminhamentos de benefícios BPC que quando chega no INSS e outro familiar tem benefício, este é negado. O Promotor esclareceu que existe previsão constitucional de que forma são concedidos benefícios, não sendo atribuição do MP Estadual tais questões e requereu informações quanto aos programas do governo, Bolsa Família, cadastro de assistência social e outros. Sra. Alcione, Secretaria de Assistência Social, informou que a ação social tem controle de famílias inscritas nos programas do governo, que eventuais denúncias de má utilização são repassadas para as instâncias superiores e que já ocorreram bloqueios nos casos de não enquadramento nos requisitos de programa. O Promotor esclareceu que em caso de pessoas receberem sem ter direito, deve-se denunciar a Secretaria, Polícia Militar e outros órgãos, para evitar estas fraudes. O Promotor indagou os presentes se existia mais algum assunto para ser discutido, ressaltando que ocorrerá reunião com todos os Municípios para tratar da questão da Dengue (dia 26/11/2013), mesmo a Comarca de Corbélia não tendo registro de epidemia, dos índices de infestação controlados, mas uma iniciativa importante para serem discutidas informações e situações buscando evitar a ocorrência de surtos ou epidemias na Comarca.

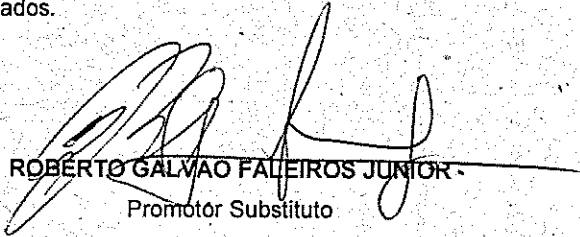
Sem outras manifestações, procedeu-se, então, o encerramento da audiência pública agradecendo a presença de todos, as participações, ressaltando que o Ministério Público esta de portas abertas para ajudar no que for possível, dentro das atribuições da instituição, para criação de uma sociedade melhor. Por fim, alertou que a ata e o plano de ação serão encaminhados para quem anotou o e-mail na lista de presença, no qual estarão dispostas as metas para 2014. A audiência encerrou-se às 11:15 horas. Eu, Claudia Regina Jung Geiss



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

assin, Oficial de Promotoria, lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


ROBERTO GALVÃO FALEIROS JÚNIOR
Promotor Substituto

CAMILA RAMOS SCHAFFER
Assessora de Promotor


SUZEL FERNANDA LEGHI SOLERA BEAL
Assessora de Promotor